

1 **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO**  
2 **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO**  
3 **PAULO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.** Aos sete dias do mês de maio do ano de dois  
4 mil e treze, realizou-se na sala de reuniões da reitoria, às quatorze horas, sob a presidência do  
5 Reitor, professor Eduardo Antônio Modena, e a presença dos seguintes conselheiros:  
6 Alexandre Pereira Chahade, Andrea Zoca, Aristeu Gomes Tininis, Arnaldo Augusto Ciquielo  
7 Borges, Caio Ítalo Marcieri Pimpinato, Daniel Garcia Flores, Débora Eloiza Simeão, Denilza  
8 da Silva Frade, Eduardo Marmo Moreira, Elias Roma Neto, Francisco Rosta Filho, Everaldo  
9 Nassar Moreira, Felipe Alexander Julio, Francisco Antônio de Almeida, Iara Pedro, João  
10 Roberto Moro, Joel Dias Saade, José Carlos Mendes Manzano, Paulo José Evaristo da Silva,  
11 Sílvia Regina Macedo Pasini, Wania Tedeschi e Rita de Cássia Fernandes Cristóvão,  
12 secretária. **Ausências Justificadas:** Hélio Fritz Kiessling, Robson Nunes, José Carlos  
13 Bressiani, João Baptista Cascaldi, Maria Ivonete da Luz da Silva, Irineu Mário Colombo,  
14 Fernando José Gomes Landgraf, Aléssio Trindade de Barros e Manoel Canosa, Miguez.  
15 **Impossibilidade de participação:** Daniel Savério Spozito, em função da nomeação para  
16 cargo de confiança no IFSP. **I- ABERTURA DA REUNIÃO:** Constatado o *quorum*  
17 regimental, o Professor Arnaldo Augusto Ciquielo Borges deu por abertos os trabalhos da  
18 presente sessão, fazendo a passagem formal da presidência do Conselho Superior para o atual  
19 Reitor, Professor Eduardo Antonio Modena. Este deu posse ao novo conselheiro, Professor  
20 Arnaldo Augusto Ciquielo Borges, de acordo com a Resolução n.º 200, de 13 de dezembro de  
21 2010, que aprova o Regulamento do Conselho Superior e que dispõe que os ex-reitores se  
22 tornem membros vitalícios. **II- EXPEDIENTE:** Aprovação da ata da 2.ª reunião ordinária, de  
23 02 de abril de 2013. Colocada em votação, a ata foi aprovada por unanimidade. O presidente  
24 comunicou que a conselheira Alice Reis de Souza pediu ao Conselho que lhe fosse concedida  
25 licença pelo período de dois meses, em razão de ter assumido, por motivos de força maior, o  
26 cargo de direção no *Campus* São Paulo. Lembrou que a licença é prevista pelo artigo 6.º da  
27 Resolução n.º 200. Não houve objeções. O presidente informou aos conselheiros que houve  
28 uma mudança no quadro dos diretores-gerais dos *campi*, visto que os diretores eleitos foram  
29 empossados e houve a nomeação de novos diretores para os *campi* onde se dará início ao  
30 processo de consulta. Informou que, na semana anterior, havia sido realizada uma reunião do  
31 novo Colégio de Dirigentes, na qual foram escolhidos os novos membros representantes dos  
32 diretores-gerais no Conselho Superior. Esclareceu que, de acordo com a Resolução n.º 200,  
33 seria necessário que o Conselho declarasse oficialmente a vacância dos representantes  
34 titulares e suplentes, e fizesse o pedido oficial ao Colégio de Dirigentes para a escolha de  
35 novos conselheiros. Explicou que as datas para realizar reuniões são bastante exíguas e que há  
36 demandas administrativas bastante urgentes, em especial por parte do ensino. Esclareceu que,  
37 em função da necessidade do Conselho Superior ter *quorum* para cumprir com todas as  
38 deliberações necessárias no momento atual, foi feita a Resolução n.º 855 *ad referendum*,  
39 atestando a vacância dos cargos. Após apreciação da matéria, não houve objeções por parte  
40 dos conselheiros. A reunião prosseguiu então com a posse dos conselheiros representantes do  
41 Colégio de Dirigentes presentes, a saber, Eduardo Marmo Moreira, *Campus* São João da Boa  
42 Vista; Francisco Rosta Filho, *Campus* Salto; Wania Tedeschi, *Campus* São Carlos; Joel Dias  
43 Saade, *Campus* Guarulhos – todos titulares. Na sequência, foram empossados os suplentes  
44 Alexandre Chahade, *Campus* Itapetininga e João Roberto Moro, *Campus* Bragança Paulista.  
45 Foi apresentado brevemente o currículo de cada um deles. O presidente informou ainda que  
46 não estavam presentes Robson Nunes da Silva, membro titular do *Campus* Cubatão; Lacyr  
47 João Sverzut, suplente do *Campus* Sertãozinho e Carolina da Costa e Silva, suplente do  
48 *Campus* Suzano. Comunicou que Alice Reis de Souza foi indicada como suplente pelo  
49 Colégio de Dirigentes, mas ainda há dúvida se ela poderá assumir este cargo, uma vez que  
50 será necessária a averiguação dessa possibilidade com base no Regulamento do Conselho  
51 Superior. O presidente solicitou aos conselheiros que os servidores Cynthia Fischer, Pró-

52 Reitora de Ensino, Whisner Fraga Mamede, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, e o  
53 servidor Carlos Frajuca, assessor da reitoria para assuntos de ensino, pesquisa e extensão,  
54 pudessem participar da reunião na qualidade de convidados. Não houve objeções. A  
55 conselheira Denilza sugeriu que, no futuro, as reuniões do Conselho Superior sejam abertas à  
56 comunidade, ou seja, que possa ser revista a restrição, prevista no regulamento, à participação  
57 de pessoas externas nas reuniões do Conselho, possibilitando, assim, que outras pessoas  
58 possam participar na qualidade de ouvintes. O conselheiro Everaldo Nassar propôs que fosse  
59 feita uma revisão mais ampla e verificadas outras questões pendentes ao invés de ser  
60 pontuado um aspecto em particular. O conselheiro Paulo José Evaristo da Silva propôs a  
61 recomposição do Conselho, e que fossem chamados os suplentes dos membros que não fazem  
62 mais parte do Conselho e fosse providenciada nova consulta para os cargos vacantes. A  
63 conselheira Iara Pedro propôs que as reuniões fossem abertas, mediante uso de  
64 videoconferência, e que os suplentes não estivessem vinculados a um titular, mas convocados  
65 de acordo com a ordem de votos obtida na eleição. O presidente propôs o encaminhamento da  
66 eleição das vacâncias e a reformulação do Regulamento do Conselho Superior. O conselheiro  
67 José Carlos Manzano lembrou que, até o presente momento, buscou-se evitar a presença de  
68 terceiros nas reuniões, pois um número elevado de pessoas gera dificuldade de articulação.  
69 Prosseguiu explicitando que não via necessidade em rever o Regulamento do Conselho  
70 Superior, mas sugeriu que poderia ser vista a possibilidade de se submeter ao Conselho, em  
71 caráter excepcional, a presença de pessoas externas consideradas relevantes por algum  
72 membro numa determinada sessão. A conselheira Denilza disse que a abertura das reuniões  
73 do Conselho é uma demanda da comunidade do IFSP. O conselheiro Caio Ítalo propôs que as  
74 reuniões não fossem transformadas em assembleias, mas que a comunidade pudesse visualizar  
75 o que ocorre nas reuniões por exemplo, através de videoconferência através do site do IFSP.  
76 O conselheiro Francisco de Almeida lembrou que o Conselho tem pautas urgentes e sugeriu  
77 que esta discussão fosse feita após a análise dos assuntos previamente elencados para  
78 apreciação. O presidente propôs a discussão do Regulamento em futuras reuniões. Colocada  
79 em votação, a proposta foi aprovada. O conselheiro José Mendes Manzano se absteve. Antes  
80 do início da discussão dos assuntos da pauta, o presidente pediu licença aos conselheiros para  
81 que a Pró-Reitora de Ensino pudesse dar alguns informes relacionados com a discussão da  
82 Organização Didática prevista na pauta. Não houve objeções. A professora Cynthia Fischer  
83 comunicou aos conselheiros que, a cada cinco anos, o IFSP deve fazer o seu  
84 credenciamento junto ao MEC, já que, sem esse ato, o instituto estará administrativamente  
85 em posição irregular e, por conseguinte, a admissão de novos estudantes do ensino superior  
86 será vedada. Esclareceu que o credenciamento do IFSP data de 29 de dezembro de 2008.  
87 Informou que a solicitação de credenciamento deverá ser feita junto ao MEC e deverão ser  
88 anexados, entre outros, os seguintes documentos institucionais: Regimento Geral, Estatuto,  
89 Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projeto Político-Pedagógico Institucional,  
90 Organização Didático-Pedagógica. Tais documentos devem estar atualizados e as alterações  
91 feitas após o credenciamento deverão ser colocadas em destaque. Concluiu que para a  
92 solicitação de credenciamento é necessário que esses documentos sejam aprovados.  
93 Esclareceu que é necessário também pedir o aditamento dos *campi* do IFSP, credenciando-os  
94 para que possam continuar a ofertar cursos. Disse que, segundo o cronograma estabelecido  
95 pelo MEC, o período para a solicitação de credenciamento é de 1º a 30 de junho. Solicitou  
96 ao Conselho que a discussão desses documentos fosse colocada na pauta nas próximas  
97 reuniões, sugerindo as datas de 21 de maio em reunião extraordinária, e 4 de junho em  
98 reunião ordinária. O conselheiro Everaldo Nassar solicitou que, nas pautas das próximas  
99 reuniões, não fossem colocados outros itens de discussão, que houvesse um  
100 comprometimento dos conselheiros para discussão objetiva e conclusão dos trabalhos. A  
101 conselheira Denilza lembrou que ainda existe uma demanda da comunidade com relação à  
102 discussão destes documentos. Propôs que as aprovações tivessem a ressalva de que os

103 documentos sejam recolocados em discussão pela comunidade. A conselheira Débora Eloiza  
104 perguntou sobre a possibilidade de realização da reunião extraordinária em outro dia da  
105 semana, que não na terça-feira. O presidente disse que seria estudada a viabilidade da  
106 proposta. A conselheira Wânia Tedeschi questionou sobre a possibilidade de se especificar  
107 nesses documentos o fato de que ainda serão feitas novas inserções e alterações. O  
108 conselheiro José Mendes Manzano esclareceu que os documentos podem ser revistos em  
109 ocasião da vinda da comissão de credenciamento do MEC ao IFSP. A professora Cynthia  
110 estimou que essa comissão deverá vir ao IFSP por volta dos meses de outubro ou novembro.  
111 A Conselheira Denilza solicitou que houvesse o comprometimento do presidente para que os  
112 documentos aprovados voltassem a ser discutidos pelo Conselho, sobretudo com relação ao  
113 Regimento Geral. O conselheiro Aristeu Tininis lembrou que se 60% dos conselheiros  
114 solicitarem alteração de um documento institucional, este terá que ser revisto. O presidente  
115 disse que, em virtude do quanto foi apresentado pela Pró-Reitora de Ensino, há uma situação  
116 emergencial e que, no seu entendimento, estes documentos deveriam ser pautados nas  
117 próximas reuniões. Disse que talvez não houvesse a possibilidade de fazer pauta única nas  
118 reuniões, visto a grande quantidade de documentos. Sugeriu que se iniciassem as discussões  
119 pelo Regimento Geral. Não houve objeções. O presidente declarou seu comprometimento em  
120 retomar a discussão desses documentos institucionais pelo Conselho sempre que se fizer  
121 necessário. A conselheira Denilza solicitou que a Pró-Reitoria de Ensino preparasse a minuta  
122 do PPI visando à discussão do Conselho, e que esta minuta possa ser enviada aos conselheiros  
123 antes da sua apreciação. Houve a anuência dos conselheiros quanto à realização de reunião  
124 extraordinária no dia 21 de maio. Os conselheiros definiram que esta começasse mais cedo, às  
125 13 horas. O presidente sugeriu que esse fosse também o horário de início de todas as reuniões  
126 ordinárias do Conselho. Não houve objeções. O presidente sugeriu que o servidor Whisner  
127 Fraga criasse um documento no ambiente Google Docs no qual os conselheiros pudessem  
128 opinar sobre o dia da semana mais apropriado para as reuniões extraordinárias que  
129 eventualmente serão realizadas a partir do mês de junho. **ORDEM DO DIA: 1.**  
130 **Organização Didática.** O conselheiro Aristeu Tininis iniciou sua relatoria relembrando aos  
131 conselheiros que na reunião anterior havia sugerido que se fizesse uma sistematização da  
132 discussão e que todas as sugestões de alteração do texto do documento lhe fossem enviadas.  
133 Esclareceu que fez uma compilação das sugestões enviadas e, dos 198 artigos do documento,  
134 apenas em 33 houve propostas de alteração, sendo estes, portanto, os discutidos na presente  
135 reunião. Não houve objeção dos conselheiros com relação à sistemática adotada. A  
136 conselheira Denilza Frade sugeriu que, com relação aos 33 pontos conflitantes, o Conselho  
137 votasse pela manutenção ou alteração do texto. Não houve objeções. O relator prosseguiu  
138 apresentando ao Conselho as propostas de alteração do texto. **1. Estrutura da Organização**  
139 **Didática: Proposta n.1:** Dividir a Organização Didática gerando três documentos, um  
140 relativo ao Ensino Médio, outro ao Ensino Superior e um terceiro referente ao Ensino de Pós-  
141 Graduação, **Proposta n. 2:** Manter a estrutura atual da Organização Didática, sem subdividi-  
142 la em três documentos distintos, visto o caráter emergencial de sua aprovação. Colocadas em  
143 votação, os conselheiros decidiram por unanimidade pela não subdivisão do texto, com a  
144 ressalva de que este item torne a ser discutido assim que as pautas emergenciais do Conselho  
145 forem concluídas. O presidente reiterou seu comprometimento em retomar a discussão da  
146 Organização Didática, conforme solicitação dos conselheiros. **2. Normatização do texto**  
147 **documento. Proposta única:** Normatizar o texto do documento mediante a utilização do  
148 termo “discente”, quando se faz referência aos alunos, e “docente”, com relação aos  
149 professores. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. **3. Título I,**  
150 **artigo 1º: Proposta 1.** Inclusão de: “necessário divulgar amplamente entre os estudantes” e  
151 inclusão, no parágrafo único, da frase “respeitados os documentos legais do IFSP: Estatuto e  
152 Regimento Geral.” **Proposta n. 2:** Manter o texto original. Colocada em votação, houve  
153 unanimidade pela manutenção do texto original. **4. Título II, capítulo 1, artigo 5º:** Os cursos

154 na modalidade EAD receberão a mesma certificação de seus equivalentes ofertados na  
155 modalidade presencial e poderão receber regulamentação própria. **Proposta única:** Inclusão  
156 de “a qual deverá ser aprovada pelo Conselho Técnico Profissional e Conselho Superior”.  
157 Houve discussão a respeito do fato de a inclusão ser redundante, visto que todos os cursos do  
158 IFSP, presenciais e EAD, devem passar por esses Conselhos antes de sua aprovação. O  
159 conselheiro Manzano lembrou que os cursos EAD são equivalentes aos presenciais e, nesse  
160 sentido, o artigo 5º seria desnecessário. Colocada em votação, a proposta de alteração foi  
161 aprovada por unanimidade. **5. Título II, capítulo 1, artigo 6º: Proposta 1.** Manutenção do  
162 artigo 6º. **Proposta n. 2:** Exclusão do artigo 6º, fazendo apenas referência ao PPI. Houve  
163 discussão e surgimento de proposta de manutenção do artigo 6º, fazendo referência ao PPI.  
164 Decidiu-se, então, fazer a votação em dois momentos: **A) Proposta 1:** Manter o artigo 6º.  
165 **Proposta 2:** Excluir o artigo 6º. Houve unanimidade por manter o artigo 6º. **B) Proposta 1:**  
166 Manter o texto atual do artigo 6º. **Proposta 2:** Manter o artigo, fazendo a referência ao PPI,  
167 mediante a inclusão da expressão “conforme o PPI”. A proposta número 2 foi aprovada por  
168 unanimidade. **6. Artigos 9º e 10. Proposta n. 1:** Manter o artigo 9º fazendo referência ao PDI  
169 e alterar o parágrafo único do artigo 10, mediante a inserção da expressão “no que couber”,  
170 resultando no seguinte texto: “O currículo será estruturado, no que couber, com base nas  
171 seguintes diretrizes.” **Proposta n. 2:** Excluir os artigos 9º e 10. Colocada em votação, a  
172 proposta n. 1 obteve 11 votos a favor, 6 contrários e 2 abstenções. A conselheira Iara Pedro  
173 solicitou que fosse registrada em ata sua abstenção. **7. Título II: Artigos 12, 13, 14, 15 e 16.**  
174 **Proposta n. 1:** Manter os artigos 12, 13, 14, 15 e 16, e fazer referência aos documentos onde  
175 estão contidas as informações presentes nos artigos. **Proposta n. 2:** Excluir os artigos 12, 13,  
176 14, 15 e 16, e apenas fazer referência aos documentos onde tais informações podem ser  
177 encontradas. Colocada em votação, a proposta n. 1 obteve 16 votos a favor e 2 contrários.  
178 Não houve abstenções. **8. Título II, Capítulo II, artigo 17. Proposta n. 1:** Manter o artigo  
179 17. **Proposta n. 2:** Excluir o artigo 17. Colocada em votação, a proposta n. 1 obteve 17 votos  
180 a favor e 1 contrário. **9. Título II, Capítulo II, artigo 18. Proposta n. 1:** Manter o texto  
181 original. **Proposta n. 2:** Inserir no final do texto do artigo: “respeitando a legislação vigente e  
182 as necessidades e possibilidades da unidade em questão”. Colocada em votação, a proposta n.  
183 1 foi aprovada por unanimidade. **10. Título II, Capítulo III, artigos 19, 20. Proposta n. 1:**  
184 Excluir o Capítulo III integralmente. **Proposta n. 2:** Manter os artigos 19 e 20, e inserir no  
185 artigo 19 a frase “podendo também ser constituído por docentes oriundos de acordos de  
186 cooperação”. A proposta n. 2 obteve 15 votos a favor e 1 contrário. O conselheiro Arnaldo  
187 Borges propôs a retirada do termo “visitantes” do artigo 19, visto que estes não ingressam no  
188 IFSP mediante aprovação em concurso público. Não houve objeções quanto à alteração. **11.**  
189 **Artigo 24. Proposta n. 1:** Manter o texto original. **Proposta n. 2:** Especificar quem deverá  
190 coordenar os trabalhos do Calendário Acadêmico e citar as competências do Núcleo Sócio-  
191 Pedagógico. O relator especificou que, no seu entender, neste artigo é necessário especificar  
192 apenas o que o Calendário Acadêmico deve conter, não sendo pertinentes informações acerca  
193 da Coordenação e do Núcleo Sócio-Pedagógico. Colocadas em votação, a proposta n.1 foi  
194 aprovada por unanimidade. **12. Artigo 27. Proposta n. 1:** Manter o texto original. **Proposta**  
195 **n. 2:** Acrescentar ao texto “divulgar ao conhecimento dos alunos no início do ano letivo”. A  
196 proposta n.1 foi aprovada por unanimidade. **12. Artigo 28. Proposta n. 1:** Manter o texto  
197 original. **Proposta n. 2:** Inclusão de um parágrafo descrevendo o acompanhamento dos  
198 rendimentos feito pelo setor Sócio-Pedagógico no processo avaliativo contínuo e paralelo. A  
199 proposta n.1 foi aprovada por unanimidade. **13. Artigo 31. Proposta n.1:** Alterar o § 3 para:  
200 Os docentes deverão registrar no diário de classe, no mínimo, quatro instrumentos de  
201 avaliação. **Proposta n. 2:** Manter o texto original do § 3: Os docentes deverão registrar no  
202 diário de classe, no mínimo, dois instrumentos de avaliação. A proposta n. 2 obteve 15 votos  
203 a favor e 2 contrários. Dado o avançado da hora, o caráter emergencial da aprovação desta  
204 matéria e dos demais itens da pauta, o presidente fez a seguinte proposta: a partir do artigo 32,

205 como referência, acatar as propostas da relatoria e, desse modo, concluir os trabalhos e  
206 aprovar o texto da Organização Didática, reiterando que aquilo que não pôde ser discutido na  
207 presente data será retomado em reuniões futuras. Colocada em votação, a proposta do  
208 presidente foi aprovada por unanimidade. **2. Cursos. Engenharia Eletrônica do Campus**  
209 **São Paulo:** O conselheiro Everaldo Nassar Moreira iniciou sua relatoria esclarecendo que o  
210 Projeto Pedagógico deste Curso (PPC) foi encaminhado juntamente a um documento com  
211 proposta de substituição do Curso de Tecnologia em Sistemas Eletrônicos pelo Curso de  
212 Engenharia Eletrônica. Nesse documento, foram explicitadas as razões que motivam a  
213 substituição de um curso pelo outro, e foi apresentada uma análise detalhada do impacto que  
214 essa substituição produzirá na força de trabalho docente e na infraestrutura do *campus*. Em  
215 reunião realizada no dia 14 de março de 2013, após análise e discussão, o Conselho Técnico  
216 Profissional emitiu o Parecer nº 260/2013, determinando o encaminhamento do Projeto  
217 Pedagógico ao Conselho Superior. Com base no quanto foi exposto, o relator emitiu parecer  
218 favorável à aprovação do PPC do Curso em Engenharia Eletrônica do *Campus* São Paulo. A  
219 conselheira Denilza Frade expressou sua preocupação com a tendência à aprovação de  
220 diversos cursos de Engenharia no IFSP, pois a missão da instituição é o oferecimento de  
221 cursos tecnológicos. Lembrou que, neste caso em particular, será desativado um curso de  
222 tecnologia para ser implantado o curso de Engenharia. O relator salientou que a demanda do  
223 mercado por engenheiros é enorme em nosso país. O conselheiro José Mendes Manzano disse  
224 ter a impressão que há uma tendência de se valorizar a graduação em detrimento dos cursos  
225 de tecnologia e afirmou que há também grande demanda de mercado para os tecnólogos. O  
226 presidente esclareceu que o Instituto ainda está em busca de sua identidade, que a discussão  
227 do assunto não se esgotaria na reunião e que a reitoria terá de criar um espaço para essa  
228 discussão. A conselheira Denilza esclareceu que não tinha objeções com relação ao PPC,  
229 visto que este foi bem elaborado, a questão a ser discutida seria a vocação institucional do  
230 IFSP. Colocada em votação, a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia  
231 Eletrônica, 8 conselheiros votaram a favor, 6 contra e houve 2 abstenções. O presidente  
232 solicitou que houvesse uma inversão da sequência da pauta, e que se passasse à apreciação do  
233 curso do *Campus* Campinas. Não houve objeções. **Curso de Tecnologia em Análise e**  
234 **Desenvolvimento de Sistemas Campus Campinas.** O relator Francisco Antônio de Almeida  
235 especificou que pautaria sua relatoria em três itens: projeto pedagógico, infraestrutura física e  
236 força de trabalho. Especificou que o PPC de Campinas é idêntico ao de Bragança Paulista,  
237 aprovado pela Resolução n.º 426, de 05 de fevereiro de 2009, e que, de forma indireta, esse  
238 PPC já foi analisado pelas três instâncias: Pró-Reitoria de Ensino, Conselho Técnico  
239 Profissional e Conselho Superior. Com relação ao segundo item, o relator esclareceu que a  
240 construção do prédio do *campus* ainda não foi iniciada devido a problemas com a prefeitura  
241 da cidade de Campinas, mas que há um acordo com o Centro de Tecnologia da Informação  
242 Renato Archer (CTI), que disponibilizou a seguinte estrutura física: 2 salas de aula, 4  
243 laboratórios de Informática já equipados, 1 biblioteca, 2 banheiros para os alunos, sala dos  
244 professores, sala de administração, segurança, estacionamento, restaurante, cantina, água,  
245 café, internet e sala de núcleo pedagógico. Com relação à força de trabalho, o *campus* já conta  
246 com 3 docentes da área de Informática: o Gerente, o Diretor-Geral e o Coordenador do Curso,  
247 que se disponibilizam, caso seja necessário, a ministrar aulas até que se complete o quadro de  
248 professores. Esclareceu que, além deles, há 1 docente de Química, 3 de Mecânica e 1 de  
249 Eletrônica; que foi solicitada a nomeação de 8 professores aprovados em concurso realizado  
250 em 2010 e que há 4 pedidos de remoção de professores de Informática para o *campus* de  
251 Campinas. Disse que já foi solicitada à Diretoria de Recursos Humanos do IFSP a convocação  
252 de 10 servidores Técnico-Administrativos aprovados em concurso realizado de 2010.  
253 Informou que o curso deverá ter início no segundo semestre deste ano. O relator concluiu  
254 afirmando ser de parecer favorável à aprovação do Projeto Pedagógico do Curso. A  
255 conselheira Denilza Frade perguntou ao relator sobre o porquê de se dar início ao *campus*

256 com um curso de nível superior e sobre o fato desse curso já começar em agosto, visto que  
257 ainda não se há a certeza de que os docentes aprovados em concurso aceitarão assumir os  
258 cargos. O relator salientou que na região de Campinas existem empresas de grande porte da  
259 área de Informática e que o curso de Tecnologia em Análise de Sistemas é um dos mais  
260 procurados pelos alunos. O presidente esclareceu que em Campinas houve um problema com  
261 relação ao terreno e que, por isso, a edificação não está concluída, mas que o processo de  
262 construção está em andamento. Informou que o IFSP está em contato com a Prefeitura  
263 visando a resolver as questões relativas ao terreno. Salientou que há uma parceria com os  
264 Centros Tecnológicos cuja vocação é o terceiro grau, e que isso explicaria o porquê de este  
265 novo *campus* não ser iniciado com a implantação de cursos técnicos. O conselheiro Arnaldo  
266 Borges lembrou que o grupo de pesquisadores do CTI também estará disponível para suprir  
267 eventuais carências de professores. O presidente salientou a importância desta parceria para o  
268 IFSP, afirmou que esses tipos de convênio servirão como catalisadores para os grupos do  
269 IFSP, já existentes no interior e na capital, que têm a vocação para a pesquisa, e que a este  
270 local poderão convergir todos os esforços de pesquisa do instituto. Colocado em votação, o  
271 PPC do curso foi aprovado por unanimidade. **Curso de Tecnologia em Processos**  
272 **Gerenciais, Campus São Carlos.** A relatora Wania Tedeschi iniciou dizendo que o Projeto  
273 Pedagógico do Curso foi encaminhado em outubro de 2012 à Pró-Reitoria de Ensino para  
274 análise técnico-pedagógica. Em abril de 2013, foi apresentado ao Conselho Técnico-  
275 Profissional, que determinou algumas alterações e encaminhamento ao Conselho Superior.  
276 Esclareceu que o curso é de 2000 horas, sendo necessários de 8 a 10 docentes, que o *campus*  
277 já dispõe de docentes para o primeiro ano do curso, e que no próximo concurso estão  
278 previstas duas vagas para novos docentes. Dada a especificidade do curso, não há a  
279 necessidade de laboratórios ou compras de equipamentos, mas sim de convênios com  
280 empresas. Esclareceu que, em março do próximo ano, com o novo prédio, haverá as salas de  
281 aulas necessárias. Ressaltou que a implantação do curso justifica-se pelo perfil regional, pelo  
282 fato de não existir, em um raio de mais de 200 km, nenhum curso superior na área de gestão  
283 ofertado por instituição pública de ensino e pela demanda regional por profissionais  
284 habilitados para atuar nesta área. Disse, por fim, que, considerando que foram atendidas as  
285 recomendações da Pró-Reitoria de Ensino e do Conselho Técnico-Profissional, era de parecer  
286 favorável à aprovação do Projeto Pedagógico do Curso. Terminada a relatoria, o presidente  
287 colocou em votação o PPC do curso, que foi aprovado por unanimidade. **Curso de**  
288 **Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Campus Boituva.** O relator Joel  
289 Dias Saade iniciou dizendo que o *campus* Boituva tem 4 anos de existência e que oferece o  
290 curso de Técnico em Manutenção e Suporte em Informática desde 2010. Que em 2012 o  
291 *campus* adquiriu 75 microcomputadores. O *campus* tem prédio próprio, conta com uma  
292 equipe de 10 professores da Área de Informática e aguarda novos docentes previstos no  
293 concurso de 2013. Disse que a matriz curricular do curso estava coerente, mas apontou para o  
294 fato de, no PPC, a maioria dos itens “Metodologias” e “Avaliação” dos vários componentes  
295 curriculares estarem iguais. Chamou a atenção dos conselheiros com relação às Atividades de  
296 Extensão propostas, afirmando que elas estão em desacordo com o conceito de extensão  
297 proposto pelo MEC. Apontou para o fato de 50 horas de estágio supervisionado poucas, assim  
298 como as 50 previstas para o Trabalho de Conclusão de Curso. Apontou, ainda, que a maior  
299 parte das Referências Bibliográficas do PPC está fora dos padrões da ABNT. O conselheiro  
300 Eduardo Marmo disse que, ao ler esse PPC, chamou-lhe a atenção a distribuição de algumas  
301 disciplinas no decorrer dos semestres, a saber: Contabilidade Básica no quarto semestre,  
302 Matemática no primeiro e Estatística somente no quarto semestre. Disse que a matriz  
303 curricular proposta, no seu entendimento, não atende a necessidade mínima com relação ao  
304 conteúdo de matemática. A conselheira Denilza Frade lembrou que as questões relativas ao  
305 formato do documento apontadas pelo relator, bem como as levantadas pelo conselheiro  
306 Eduardo Marmo deveriam ter sido sanadas pelo Conselho Técnico-Profissional, e que é

307 preocupante que isso não tenha sido feito. Lembrou que não caberia ao Conselho Superior  
308 tratar tais questões, mas sim verificar a validade dos cursos no IFSP. O presidente propôs que  
309 o PPC do curso fosse aprovado com a ressalva de que deverão ser feitas as correções  
310 apontadas pela relatoria do Conselho Superior. Colocada em votação, a proposta de  
311 aprovação com ressalva obteve 12 votos a favor e 5 contra. Dado o avançado da hora, o  
312 presidente propôs que as **Alterações de Projetos Pedagógicos de Cursos** fossem aprovadas,  
313 visto que se tratam apenas de pequenas erratas feitas em projetos já existentes. Não houve  
314 objeções. O presidente propôs, ainda, que a **Minuta de Resolução que dispõe sobre as**  
315 **normas de abertura e reformulação de Cursos de Ensino Técnico de Nível Médio**  
316 **Integrado ao Ensino Médio** fosse colocada novamente em pauta em reunião futura. Houve  
317 concordância por parte dos membros do Conselho. **III - COMUNICADOS: 1. Relatório**  
318 **Anual das Atividades da Auditoria Interna – RAINI**. O presidente comunicou que a  
319 auditora interna do IFSP encaminhou ao Conselho Superior, para conhecimento, o relatório  
320 de todas as atividades realizadas no exercício de 2012, que foi enviado a CGU em 02 de  
321 fevereiro de 2013. O arquivo digital desse documento será encaminhado a todos pela  
322 secretaria do Conselho. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a participação de  
323 todos e declarou encerrada a reunião. E para tudo constar, eu, Rita de Cássia Fernandes  
324 Cristóvão, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, vai assinada por mim, pelo  
325 presidente e pelos conselheiros presentes.

326  
327 Rita de Cássia Fernandes Cristóvão \_\_\_\_\_  
328 Eduardo Antônio Modena \_\_\_\_\_  
329 Alexandre Pereira Chahade \_\_\_\_\_  
330 Andrea Zoca \_\_\_\_\_  
331 Arnaldo Augusto Ciquiello Borges \_\_\_\_\_  
332 Aristeu Gomes Tininis \_\_\_\_\_  
333 Caio Ítalo Marcieri Pimpinato \_\_\_\_\_  
334 Daniel Garcia Flores \_\_\_\_\_  
335 Débora Eloiza Simeão \_\_\_\_\_  
336 Denilza da Silva Frade \_\_\_\_\_  
337 Eduardo Marmo Moreira \_\_\_\_\_  
338 Elias Roma Neto \_\_\_\_\_  
339 Everaldo Nassar Moreira \_\_\_\_\_  
340 Felipe Alexander Júlio \_\_\_\_\_  
341 Francisco Antônio de Almeida \_\_\_\_\_  
342 Francisco Rosta Filho \_\_\_\_\_  
343 Iara Pedro \_\_\_\_\_  
344 João Roberto Moro \_\_\_\_\_  
345 Joel Dias Saade \_\_\_\_\_  
346 José Carlos Mendes Manzano \_\_\_\_\_  
347 Paulo José Evaristo da Silva \_\_\_\_\_

348 Sílvia Regina Macedo Pasini

---

349 Wania Tedeschi

---